



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª/AJ - Assessoria Jurídica

Parecer Jurídico nº: 341/2025 BLSSG

Data: 28/11/2025

Origem: Pregoeiro

Referência: Processo nº 59560.000333/2025-01

Assunto: Análise de vício na estimativa orçamentária do Pregão Eletrônico nº 90004/2025 e avaliação sobre a necessidade de anulação parcial ou total do certame.

EMENTA: Pregão Eletrônico. Vício na orçamentação. Impacto sobre competitividade, isonomia e julgamento. Impossibilidade de saneamento na etapa atual. Dever de autotutela. Necessidade de anulação do certame, parcial (fase externa e parte da fase interna) ou total, conforme avaliação técnica.

I. RELATÓRIO.

Trata-se de solicitação de manifestação jurídica formulada em razão de apontamento técnico acerca de vício identificado na orçamentação estimativa que subsidiou o Edital do Pregão Eletrônico nº 90004/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia de apoio à fiscalização de contratos, convênios e termos de compromissos na área de hidrogeologia de poços, serviços não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, a ser executada nos municípios abrangidos pela área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, no Estado da Bahia.

O pregão ocorreu em 25/11/2025, tendo transcorrido regularmente a fase de lances, ocasião em que a empresa vencedora registrou o maior desconto, equivalente a 28,14%, sendo posteriormente convocada a apresentar proposta financeira ajustada ao lance final e a documentação complementar necessária à sua aceitação e habilitação.

Ainda na fase subsequente de análise da proposta apresentada, a documentação pertinente foi encaminhada à unidade técnica para verificação da compatibilidade dos valores com os parâmetros estimativos. Em retorno preliminar, a área técnica evidenciou a existência de inconsistências na composição orçamentária de referência do certame, especificamente quanto aos itens relativos ao custo



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª/AJ - Assessoria Jurídica

de veículos e ao custo de escritório e equipamentos, integrantes do subitem Manutenção Operacional. Indicou-se que tais itens foram lançados no orçamento com replicação indevida da incidência de lucro e despesas fiscais sobre seus valores originais.

Após reavaliação dos cálculos, a área técnica constatou que o valor de referência da licitação deveria ser reduzido em **R\$ 120.831,54 (cento e vinte mil, oitocentos e trinta e um reais e cinquenta e quatro centavos) por módulo**, resultando em impacto global de **R\$ 362.964,62 (trezentos e sessenta e dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e dois centavos)** considerando os três módulos licitados. Em virtude disso, pontuou-se que, mantido o critério de julgamento pelo maior desconto, os licitantes teriam utilizado base econômico-financeira superestimada, o que teria lhes permitido praticar reduções aparentemente mais vantajosas.

A empresa vencedora, ao perceber a falha, apresentou planilhas com adequação dos valores, apurando-se que o desconto efetivo aplicado, se considerados os valores corrigidos, corresponderia a 21,48%, e não aos 28,14% inicialmente ofertados na etapa de lances, de modo que, para representar efetivamente o desconto anunciado, seria necessária redução adicional de **R\$ 86.829,54 por módulo**.

Ressalta-se que, segundo informação do Pregoeiro, não houve pedidos de esclarecimentos ou impugnações ao edital por parte dos licitantes antes da realização do certame.

Diante da materialidade do equívoco técnico evidenciado, o setor responsável encaminhou os autos a esta Assessoria Jurídica, solicitando manifestação acerca da possibilidade jurídica de saneamento do vício identificado, avaliando-se, em especial, se a Comissão Permanente de Licitação poderia, após diligência, ajustar o julgamento das propostas considerando o orçamento tecnicamente corrigido, com base no percentual de desconto aplicado, ao invés de manter vinculação ao valor absoluto ofertado na fase de lances.

É o breve relatório. Passa-se à análise jurídica.

II. ANÁLISE JURÍDICA.

A análise jurídica deve partir do reconhecimento de que o vício apontado pela área técnica recai sobre elemento essencial da fase interna do certame, a estimativa de custos, sendo a adequada orçamentação pressuposto indispensável para a definição do valor de referência da licitação, razão pela qual impacta diretamente a formulação das propostas pelos licitantes, a aferição da vantagem econômica e a própria



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª/AJ - Assessoria Jurídica

observância dos princípios da competitividade, isonomia e julgamento objetivo, motivo pelo qual o referido equívoco assume natureza substancial, sendo apto a comprometer a validade do procedimento.

No caso concreto, restou demonstrado que o orçamento utilizado para a composição do valor máximo estimado foi elaborado com replicação indevida de encargos gerenciais (lucro e despesas fiscais) sobre os custos originais de determinados insumos, o que provocou superdimensionamento dos preços de referência. Conforme informado pela área técnica, essa distorção elevou artificialmente o valor global estimado em mais de trezentos mil reais, o que ampliou, de maneira não fidedigna, a margem de desconto passível de oferecimento pelos licitantes.

Esse equívoco, ao afetar o orçamento de referência utilizado pelos participantes para a formulação de suas propostas, repercute no exercício da estratégia de lances, podendo ter induzido diferentes agentes a condutas diversas, inclusive com avaliação equivocada quanto à viabilidade de participação ou ao nível de agressividade competitiva. Assim, verifica-se afronta ao princípio da isonomia e à garantia de disputa justa entre os concorrentes, uma vez que os licitantes foram induzidos por parâmetro técnico incorreto, que poderia favorecer ou prejudicar determinados participantes conforme sua capacidade de detecção do vício ou de absorção do impacto econômico.

Sob essa ótica, a utilização de orçamento superestimado compromete o julgamento objetivo, por permitir que o resultado aparentemente retrate percentual de abatimento mais vantajoso que o efetivamente praticado, como verificado no caso da empresa primeira colocada, cujo desconto anunciado (28,14%) corresponde a apenas 21,48% quando aplicado sobre o valor corrigido. Qualquer tentativa de ajustar o julgamento após a etapa de lances, com base na base orçamentária revisada, implicaria alteração retroativa das regras do certame, em afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e à segurança jurídica, além de inviabilizar tratamento isonômico aos licitantes já desclassificados ou não participantes.

Considerando que a inconsistência na estimativa orçamentária foi identificada antes do encerramento das fases de habilitação e de julgamento, aplica-se, para o tratamento do vício, o procedimento previsto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021. Assim, eventual decisão de anulação da fase externa ou do certame deverá ser proferida pela autoridade competente, sendo assegurado aos licitantes o direito de interpor recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, nos termos do art. 165, inciso I, alínea “d”. O recurso deverá ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, caso não a reconsidere, encaminhará os autos à autoridade superior com a devida motivação, para decisão final, conforme determina o §2º do referido artigo.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª/AJ - Assessoria Jurídica

No caso em exame, a correção do orçamento por meio de diligência nesta fase procedimental implicaria interferência direta nas propostas já apresentadas, o que ultrapassa os limites do saneamento. Diante de tal circunstância, a irregularidade configura vício de natureza insanável, impondo-se a anulação do procedimento licitatório, pelo menos de forma parcial.

A autotutela administrativa, consagrada na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, impõe à Administração o dever de anular seus atos quando eivados de vícios, especialmente aqueles que violam regra legal ou princípio da licitação, como é o caso. A manutenção do procedimento com a tentativa de correção apenas na fase de julgamento violaria a integridade do certame, além de gerar potencial nulidade dos atos subsequentes, inclusive da Ata de Registro de Preços e do contrato, caso viessem a ser celebrados com base em parâmetros economicamente inadequados.

Cabe destacar que a ausência de impugnações ao edital não convalida o vício identificado. Nesse contexto, erros técnicos na estimativa de custos são insuscetíveis de convalidação pela inércia dos licitantes, sendo dever da Administração, uma vez constatado o erro, adotar as providências para sua correção, ainda que após a realização da disputa.

Sob a ótica da extensão do ato de anulação, considerando que o vício material identificado tem origem na fase preparatória e afeta o julgamento das propostas, verifica-se que a correção somente poderá ocorrer com o retorno do procedimento à fase interna. A Codevasf poderá, conforme análise técnica, optar por **anulação parcial**, com desfazimento exclusivamente da fase externa e reaproveitamento dos atos preparatórios válidos, desde que, após a retificação da estimativa orçamentária, sejam asseguradas a transparência, a isonomia entre os licitantes e a plena recomposição da competitividade.

Alternativamente, **poderá ser promovida a anulação total do processo**, caso se verifique que o vício identificado ou outros elementos comprometam a utilização dos atos praticados, hipótese em que o procedimento deverá ser reiniciado em sua integralidade. A definição quanto à extensão da anulação deverá observar a análise técnica sobre a possibilidade de aproveitamento dos atos já realizados, resguardando-se a segurança jurídica e a integridade do certame.

Por fim, eventual ajuste direto da proposta vencedora para adequação ao desconto anunciado se mostra absolutamente inviável, por violar os princípios da vinculação ao edital, do julgamento objetivo e da isonomia, conferindo à licitante vencedora oportunidade de readequação não disponibilizada aos demais participantes.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª/AJ - Assessoria Jurídica

III. CONCLUSÃO.

Diante do vício verificado na estimativa de custos que fundamentou o Pregão Eletrônico nº 90004/2025 — o qual repercute diretamente sobre a formulação das propostas, a competitividade, a isonomia entre os licitantes e o julgamento objetivo — conclui-se que **não é juridicamente possível o saneamento do erro na fase atual do procedimento**, uma vez que a correção do orçamento demandaria alteração da base empregada pelos participantes para composição das propostas.

Assim, em observância ao dever de autotutela, **impõe-se a anulação do certame**, podendo a Administração, conforme avaliação técnica pertinente, promover:

- **a anulação da fase externa e parte da fase interna, com retorno ao último ato válido da fase interna**, inclusive, com a correção da estimativa de custos e regular prosseguimento do procedimento; ou
- **a anulação integral do processo**, caso se verifique que o vício identificado ou outros fatores exigem o refazimento total dos atos preparatórios.

A escolha quanto à extensão da anulação deverá ser definida à luz da análise técnica sobre o alcance do vício e a eventual necessidade de aproveitamento dos atos já praticados, observados os princípios da legalidade, segurança jurídica e isonomia.

É o **parecer jurídico**, salvo melhor juízo, que submeto à consideração superior, oportunidade em que recomendo que seja encaminhado **ao Pregoeiro**, para que, observadas as competências legais e regulamentares, **adote as providências e encaminhamentos cabíveis quanto à condução do feito**.

Juazeiro/BA, 28 de novembro de 2025

Bruna Letícia de Sousa Silva Garziera

Advogado da CODEVASF - OAB/BA nº 68.356



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª/AJ - Assessoria Jurídica

Ao Pregoeiro,

De acordo. Aprovo o parecer jurídico em referência, tendo em vista as razões de fato e de direito aduzidas acima, oportunidade na qual **remeto o presente ao pregoeiro, para providências necessárias e encaminhamentos na sua esfera de competência.**

Juazeiro/BA, 28 de novembro de 2025.

Savigny Machado Lima

Advogado da CODEVASF - OAB/BA nº 26.451

Chefe da 6ª AJ